



Recebido em 29/05/2021

Aceito em 12/07/2021

DOI: 10.26512/emtempos.v1i39.37759

ARTIGO

A idealização da "mãe dos pobres": a atuação da primeira-dama Luíza Távora no Ceará (1960-1990)

The idealization of the "mother of the poor":
the performance of the first lady Luíza Távora
in Ceará (1960-1990)

Norma Sueli Semião Freitas

Doutoranda em História Social na Universidade Federal do Ceará

orcid.org/0000-0003-0976-6857

sufreitas2005@yahoo.com.br

RESUMO: O presente trabalho intenta realizar um estudo da atuação da primeira-dama Luíza Távora, buscando entender, a partir de sua figura pública, como ela mobilizava relações entre gênero, política e religião, durante as décadas de 1960 e 1990, no Ceará. Nesse contexto, Luíza Távora foi uma mulher de destaque no campo das políticas públicas sociais; desenvolveu ações que lhe atribuíram notoriedade como mulher e como primeira-dama. Assim, buscamos compreender as relações de poder que existem entre homens e mulheres, ligadas à cultura machista, e contribuir para a historiografia por meio da abordagem de questões de poder relacionadas ao gênero, família, Igreja Católica e Estado. Daí a importância de estarmos atentos ao modo como Luíza Távora aparece como “mãe dos pobres”, já que estamos diante de uma construção histórica e social ligada ao padrão de gênero que circulava à época, bem como a valores católicos, ao assistencialismo, ao modo de fazer política tradicional.

PALAVRAS-CHAVES: Gênero. Política. Religião.

ABSTRACT: The present work intends to carry out a study of the performance of the first lady Luíza Távora, seeking to understand, from her public figure, how she mobilized relations between gender, politics and religion, during the 1960s and 1990s, in Ceará. In this context, Luíza Távora was a prominent woman in the field of social public policies; she developed actions that gave her notoriety as a woman and as a first lady. Thus, we seek to understand the power relations that exist between men and women, linked to the macho culture, and to contribute to historiography by addressing power issues related to gender, family, Catholic Church and State. Hence the importance of being attentive to the way in which Luíza Távora appears as the “mother of the poor”, since we are faced with a historical and social construction linked to the gender pattern that was circulating at the time, as well as to Catholic values, to assistentialism, to the way to do traditional politics.

KEYWORDS: Gender. Politics. Religion.

Cenário político

A ditadura mudou o Brasil. E os custos foram altos. Conforme Daniel Aarão Reis (2014, p.12), “perdeu-se um tipo de República na qual havia uma democracia limitada, mas em processo de ampliação. Ganhou-se uma ditadura que se radicalizaria com o tempo”: práticas autoritárias, opressivas e truculentas, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política, repressão aos que eram contrários ao regime militar e ausência de democracia.

No Ceará, a deflagração do golpe ocorreu durante o governo de Virgílio de Moraes Fernandes Távora, que fora eleito em 1962. O governador, mesmo sendo militar de carreira (coronel do exército), conservador e herdeiro de tradicional oligarquia cearense, mantinha relações próximas com o presidente João Goulart, pois visava a obtenção de verbas federais para a modernização do Ceará.

Tal contexto deixou Virgílio em uma situação delicada naquele momento político no Brasil, haja vista que a ala mais conservadora reagia diante de toda e qualquer situação de “ameaça vermelha do comunismo”. É o que podemos perceber nos dois excertos de matérias produzidas por dois jornais de grande circulação da época, na cidade de Fortaleza, O Povo e O Nordeste:

A paz alcançada. A vitória da causa democrática abre o país a perspectiva de trabalhar em paz e de vencer as graves dificuldades atuais. Não se pode, evidentemente, aceitar que essa perspectiva seja toldada, que os ânimos sejam postos a fogo. Assim o querem as Forças Armadas, assim o quer o povo brasileiro e assim deverá ser, pelo bem do Brasil. (O POVO, 1964, p.10)

...uma missa de Ação de Graças pela vitória das forças armadas sobre o comunismo ameaçador. O expressivo ato religioso foi oficiado por S. Excia. Revma Dom José de Medeiros Delgado, arcebispo de Fortaleza e contou com a presença das mais altas autoridades, tendo a frente o coronel Virgílio Távora, governador do Estado. Grande era o número de militares de todas as armas e de todos os graus de hierarquia [...] Foi, sem dúvida, um dos mais comoventes espetáculos ao mesmo tempo de civismo e de fé cristã o que viveu a Sé em construção[...] (O NORDESTE, 1964, p.7)

Nesse cenário, e com a alegação de “falta de decoro parlamentar”, a Assembleia Legislativa de Fortaleza foi a primeira do país a cassar mandatos de deputados, como forma de demonstrar lealdade à nova ordem política estabelecida. Conforme Airton de Farias (2015), essa foi a maneira encontrada para manter Virgílio no poder, já que vários membros de sua base eram esquerdistas. A influência de seu tio Marechal Juarez Távora perante os militares que participaram do golpe e sua amizade pessoal com Castelo Branco também ajudou na sua permanência no governo. Essa proximidade, a longo prazo, favoreceu ao governo de Virgílio, com a liberação de verbas federais. Durante o seu mandato de 1963 a 1966, foi criada a Companhia Docas do Ceará e o Distrito Industrial de Fortaleza, inaugurou-se o Banco do Estado do Ceará, promoveu-se o asfaltamento da malha viária e o saneamento das finanças públicas, dentre outras obras.

Esse processo de “modernização conservadora” fez parte do modelo de desenvolvimento promovido pelo Estado autoritário, ao mesmo tempo em que Virgílio tinha claro que, com a criação das bases do processo de industrialização, seria possível

trazer mudanças para a economia local tão fragilizada. E, por conseguinte, nesta fase denominada de época dos “coronéis”¹, buscou-se fortalecer e consolidar as elites locais aplacadas, também, pelas secas periódicas.

Em seu segundo mandato, Virgílio (1979-82) retorna ao poder como o penúltimo governo do coronelismo, momento em que foi indicado diretamente pelo então presidente Ernesto Geisel. É nessa fase que sua gestão consolida a transição para uma modernização conservadora (PARENTE, 2004, p.325) no âmbito do “nacional-desenvolvimentismo”, apesar das distorções tendentes ao clientelismo². As obras realizadas em seus governos incrementaram parte do projeto político burguês de transformar o Ceará em um grande polo industrial do Nordeste: reativou o Distrito Industrial de Fortaleza, instituiu o Plano de Metas Governamentais (PLAMEG II), ampliou o sistema de abastecimento de água da capital e dinamizou o turismo.

Sob essa ótica, Koselleck (2006) argumenta que a mudança histórica na relação entre experiência e expectativa concebe a modernidade como um tempo novo – embora associada à modernização e ao modernismo, a modernidade não deve ser usada como sendo seus sinônimos –, tendo em vista que as expectativas distanciam-se cada vez mais das experiências feitas. Do resultado desse novo horizonte de expectativa projetado, no qual se inclui um coeficiente de mudança que se desenrola com o tempo, surge uma nova forma de conceito: o progresso, ou seja, o progresso é um conceito histórico que apresenta a diferença temporal entre experiência e expectativa, cuja diferença só existe quando se modifica, quando há aceleração.

Essa perspectiva defendida por Koselleck (2006) visa apresentar a relação intrínseca entre espaço de experiência e o horizonte de expectativa, como categorias meta-históricas necessárias para o reconhecimento do tempo histórico e explicação para a gênese de uma história progressista.

Contudo, mesmo quando o autor argumenta que “a expectativa abarca mais que a esperança, e a experiência é mais profunda que a recordação”, devemos entender que a experiência não é passado e a expectativa não é futuro. Experiência é a possibilidade de juntar o passado, o presente e o futuro; enquanto que a expectativa é um horizonte, no qual a esperança faz parte dessa expectativa, uma esperança duvidosa, angustiante, imbuída de um desejo conflitante.

1 Esse período também chamado “Acordo dos Coronéis” representou a alternância no poder de grupos oligárquicos liderados por coronéis, sob as bênçãos da Ditadura Militar. Esse revezamento no poder demonstrava a fragilidade das elites alencarinhas, pois não existia um grupo político local forte o bastante para exercer a supremacia do poder no Estado. Aliás, o próprio poderio que os coronéis ocupavam no estado cearense, advinham do apoio que recebiam da Ditadura Militar. (FARIAS, 2005, p.124)

2 Clientelismo é uma expressão utilizada para as práticas de barganha, no qual o voto é utilizado como mercadoria em troca de vantagens entre o eleitor e o cabo eleitoral. Em geral, ocorre a dominação dos votos pelo cabo eleitoral (suficientemente poderoso), que os vende ao “político de clientela”. Isto é, caracterizado por relações de dependência mútua entre os envolvidos. (SINGER, 1965, p.77).

Luíza Távora: Primeira Dama

Durante os mandatos de Virgílio Távora (1963 a 1966, e de 1979 a 1982), a figura de sua esposa, Luíza Távora, foi se destacando. Ela nasceu em Fortaleza, em 1923, filha de Luiz Moraes Correia e de Esmerina Silva Correia, e teve uma forte influência de seu pai, um dos grandes magistrados do período.

Sobre esse ponto de vista, é salutar enfatizar que nesse trabalho, a propositura de estudar os dois intervalos de tempo, referentes aos mandatos de governador de Virgílio no Ceará, abre prerrogativas para que busquemos perceber as continuidades e descontinuidades dos alusivos períodos, bem como, para além disso, analisar o que acontece entre um mandato e outro, no campo da Assistência Social e como essa ação passa a ser tratada, quando Luíza sai de cena. Isso a partir da perspectiva que em cada momento estudado, o tempo é percebido de maneira diferente.

Hartog (2006, p.16), nesse ponto, reforça esse entendimento de que o tempo está associado à noção de regimes de historicidade, que compõem “os diferentes modos de articulação das categorias do passado, do presente e do futuro”. Para o autor, o tempo da história decompõe-se em uma multiplicidade de tempos: parciais, locais ou específicos, ou seja, não há um tempo único. A partir desse ponto de vista, para Hartog, não é possível existir história social sem considerar as múltiplas temporalidades.

Milton Santos (2014) também nos ajuda na compreensão que a noção de tempo muda, bem como no entendimento que o estudo da sociedade na qual Luíza Távora esteve inserida não se dissocia do espaço. “O espaço é o resultado da soma e da síntese, sempre refeita, da paisagem com a sociedade por meio da espacialidade”(SANTOS, 2014, p.80).

Bakhtin (2014), por sua vez, desenvolve as primeiras ideias sobre a relação entre as categorias de tempo e de espaço no texto: “Formas de tempo e de cronotopo no romance: Ensaio de poética histórica”, escrito entre 1937-1938. Daí que o autor ao deter-se, mesmo que mais especificamente, em estudar a diversidade de relações espaço-temporais nos gêneros do romance europeu, nos ajuda a entender as temporalidades e espacialidades diferenciadas, com significações e dimensões diferentes que Luíza Távora se insere.

Assim, o cronotopo Bakhtiniano, nos permite analisar como Luíza Távora foi uma mulher de destaque no campo das políticas públicas sociais; desenvolveu ações de cunho social que lhe atribuíram destaque como mulher e como primeira-dama, indo além do exercício do papel de esposa dedicada ao lar e ao cuidado com os filhos, rompendo, assim, em certa medida, com o padrão arraigado a nossa sociedade do arquétipo “homem-provedor e mulher rainha do lar” (MALUF; MOTT, 2008, p.65).

Sob esse viés, Luíza Távora enquanto esposa de um homem público, Virgílio Távora, que assumiu função no Governo Federal e Estadual, atuou com aspectos modernizantes, porém com hábitos tradicionais do clientelismo e assistencialismo; o que nos permite compreender o papel da Primeira Dama sob a perspectiva de gênero, observando as relações de poder, mas entendendo que tais mulheres não são totalmente manipuladas pelo poder local, mas constroem espaços e atuam tensionando as condições de subalternidade.

No tocante ao assunto, mobilização de identidades de gênero fomentou o apoio ao período de exceção, como forma de identificar as principais formas de construção e distribuição de discursos relacionados ao gênero, à moral, ao forte apelo religioso com conotação cristã e ideário anticomunista (DUARTE; LUCAS, 2014). Nesse cenário, Luíza Távora mobilizava os princípios éticos, morais e sociais concordantes com o sistema de valores da ideologia dominante; ao mesmo tempo nos permite entender como a figura da mulher aparece como constituinte de uma política pautada em novas formas de sensibilidade e emoção, isto é, aliada no processo de ereção da sociedade autoritária.

Partindo desse pressuposto, Luíza representa uma mudança nas atuações de homens e mulheres no espaço público? O que, nela, é permanência nos modos de fazer política? Com quais recursos ela teatraliza sua figura pública? Como sua imagem privada (de esposa e rainha do lar) é trabalhada no interior dos discursos que querem apresentá-la como uma mulher moderna? Quais as outras personagens que se alinham ou se contrapõem a essa imagem erigida de mulher (e mãe dos pobres)? Luíza participou inicialmente como mediadora e, depois, como encarregada dos projetos de assistência social de Virgílio Távora, – influenciando em suas decisões e divulgando sua imagem através das ações sociais que conduzia (DUARTE; LUCAS, 2014), tendo em vista que o Estado passou a possuir o controle do processo em seu governo, enquanto que anteriormente era a Igreja a articuladora das atividades de assistência à pobreza (ALENCAR JÚNIOR, 2006).

A análise dessa figura pública permite problematizar as relações entre passado e presente, público e particular; assim como as maneiras como essa personalidade empreendeu ações interventivas na área social – de acordo com o seu tempo – como parte de políticas públicas. Ao mesmo tempo, questiona o lugar de Luíza Távora como “mulher de família”, que apesar de exercer um papel de ativismo na esfera social, envolvendo-se com as comunidades menos favorecidas, fazendo elo de ligação entre estas e o poder público, não deixou de ser coadjuvante no jogo político cearense (ROCHA-COUTINHO, 1994, p.13).

As vivências e experiências sociais de Luíza Távora contribuem para que percebamos as questões de gênero atravessando a política, na medida em que compreendemos o gênero como categoria de análise histórica (SCOTT, 1995). Como afirma Scott (1995, p.91): “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Essa perspectiva corrobora com a concepção de que a “diferença sexual foi concebida em termos da dominação e do controle das mulheres” (SCOTT, 1995, p.86) e, na política, encontra terreno fértil para que o gênero possa ser utilizado para análise histórica.

A partir desta perspectiva, o estudo da figura de Luíza Távora como personalidade que possui suas experiências e trajetórias de disputas – íntimas, cotidianas e sociais –, bem como suas múltiplas relações – institucionais e familiares –, contribui para o entendimento sobre a sociedade então vigente, à medida que é representante do Estado.

É pertinente refletir também que essa “dama da elite” constitui e vivencia relações entre o público e o privado e que possui suas ideias, crenças, valores,

sentimentos e necessidades; suas práticas cotidianas, sociais e políticas refletem situações envolvidas em relações de poderio e de gênero, ao mesmo tempo em que exerce/sofre dominação e resistência. Dessa forma, constitui suas lutas e suas composições de sentidos sociais e culturais.

Neste sentido, os estudos da historiadora Joan Scott (1995) nos oportunizam compreender as relações simbólicas e de poder construídas em torno das diferenças entre os sexos em momentos históricos distintos. A concepção teórica da autora nos esclarece que o gênero não é somente uma categoria que descreve a mulher, nem tampouco está ligado apenas ao privado, uma vez que nos possibilita entender sobre a história, e as relações políticas e públicas; bem como acerca dos “conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos(...), expressos nas doutrinas religiosas, educativas, políticas” (SCOTT, 1995, p.86).

Sob o mesmo prisma, as tessituras engendradas por Luíza Távora fazem emergir o papel atuante das mulheres como atrizes e agentes sociais de sua própria história, à medida que apresenta as diferenças entre os sexos que explode no espaço público e o lugar que as mulheres ocupam nesse espaço. Daí que Perrot apresenta como o militar, o religioso e o político constituem núcleos de poder e são centros de decisão e símbolos das diferenças dos sexos (PERROT, 1995).

A partir dessa perspectiva, é importante destacar que a participação das mulheres da elite e da classe média no cenário político a partir da primeira década de 1960, articula-se com a mobilização da opinião pública contra o comunismo e em defesa dos valores cristãos e da família. Ao se apresentarem como mães, esposas, buscavam chamar atenção para o perigo da infiltração comunista, que procurava ruir instituições como a família, a Igreja e a pátria (CORDEIRO, 2009). Desta forma, a autora nos ajuda a “entender a participação política destas mulheres como uma opção consciente de militância conservadora em defesa de valores e instituições a partir das quais suas vidas eram organizadas” (CORDEIRO, 2009, p.118).

Luíza Távora: “mãe dos pobres”?

O maior legado de Luíza, aparece como aquele que a liga ao cuidado com os filhos e à prática da caridade, de ajuda aos combalidos de toda sorte e do amor cristão ao próximo, valores de uma família adepta do catolicismo (MEDEIROS, 2012). A filha de Virgílio Távora e de Luíza Távora, Tereza Maria, confirma esta construção na sua declaração ao jornal O Povo, de 11 de maio de 2014, na qual afirma: “o vovô achava que quem não vivia para servir não servia para viver. Mamãe seguiu isso desde pequena, muito antes de conhecer papai”.

A primeira experiência de planejamento de Virgílio Távora foi marcada pela aliança da Igreja Católica com o Estado, isto é, o catolicismo cumpriu seu papel com o voluntariado e a caridade à frente da “contribuição” prestada, enquanto o Estado atua mais como subsidiário. Essa conexão entre o religioso e o político, segundo assegura Júlia Miranda (1998), ocorre por diferentes prismas. Aliás, para a autora, é uma questão que:

vai muito além da especificidade da utilização dos símbolos religiosos. (...) Poder-se-ia perguntar se a expansão do “modelo” proposto estará na dependência do crescimento religioso ou apenas no seu poder de convencimento da imensa maioria, silenciosa e não engajada, seja religiosa ou politicamente (MIRANDA, 1998, p. 2).

Nesse cenário, Luíza Távora, sob a tutela do Estado e das diretrizes da Igreja Católica, dedicou-se às obras de beneficência “designadas aos desvalidos” e ao “cumprimento da vontade de Deus”, assumindo a presidência e a execução dos projetos sociais da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1963, e, em seguida, criando os Centros Maternais Profissionalizantes (CEMAPROS)³. Diante do exposto, como seu papel de mulher caritativa, “mãe dos pobres”, também foi uma estratégia de poder, baseada no gênero, para difundir a moral e o controle sobre os pobres?

O seu trabalho social foi incrementado com os recursos da máquina estatal e a manutenção do sistema político vigente sob um forte apelo religioso, moral e de gênero. Isso porque estas mulheres foram arrematadas para colaborar na promoção de ações de relevância social e não apenas para as atividades do lar. Contudo, essas iniciativas também representam uma estratégia de manutenção e renovação do poder. Aliás, a gestão do social exercida por Luíza era alicerçada pelo ato de filantropia e de assistência aos pobres, ao mesmo tempo em que eram efetivadas com base nos pareceres técnico-administrativos da administração pública do Estado – sobretudo no segundo mandato de Virgílio no posto de governador –, indicando certa contradição nas práticas de assistência social.

É pertinente frisar que no segundo mandato de Virgílio não houve a participação da Igreja Católica na prática das obras sociais ao lado do Estado, pois desta vez o órgão assume o protagonismo na execução das ações de intervenção social, uma vez que foi gestada sob a égide do planejamento e a técnica. Vários especialistas foram contratados para atuar em suas áreas específicas e Luíza permanece conduzindo as atividades de responsabilidade social, conforme atesta a reportagem do jornal O Povo, de 11 de maio de 2014, com a intitulação de “Dona Luíza Távora, ‘a irrepitível’”:

No segundo mandato de Virgílio, (Luíza Távora) presidiu o Centro Administrativo de Ação Social e o Conselho administrativo da Fundação Estadual do Bem-estar do Menor (Febemce), entre outras funções na área, contribuindo na urbanização do Morro de Santa Terezinha e o Pirambu e na criação dos conjuntos habitacionais São Miguel, Santa Cecília, Lagamar e Tancredo Neves.

Nesse ponto, quando tratamos da segunda gestão de Virgílio, Milton Santos (2014, p.91) nos ajuda a refletir sobre a noção de “periodização, que nos leva a duas outras: a noção de regime e a noção de ruptura”, haja vista que na passagem do tempo, a evolução não é homogênea. “Há, sempre, desníveis entre as diversas variáveis”. Daí que estudar os dois períodos propostos, bem como seu íterim, nos possibilitará investigar a existência de permanências e rupturas. Portanto, “essa noção de

3 Assumiu a liderança também da Fundação dos Serviços Sociais do Estado do Ceará – FUNSESCE e da Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana – PROAFA.

periodização é fundamental, porque nos permite definir e redefinir os conceitos e, ao mesmo tempo, autoriza a empiricização do tempo e do espaço, em conjunto.” (SANTOS, 2014, p.92)

Portanto, o imperativo em trabalhar na execução de projetos sociais em prol dos pobres, com o apoio de Virgílio Távora, fazia parte das ações necessárias à manutenção de seu governo e de incentivo à política desenvolvimentista, também foi reforçado em outras matérias como a veiculada pelo Jornal O Povo, a seguir. A reportagem acerca da criação dos CEMAPROS, em 1965, nos permite perceber a atuação do midiático nas divulgações das ações realizadas pela primeira-dama:

Há pessoas que julgam ser muito fácil a criação de um Centro Maternal. Talvez o seja, mas nem sempre o Centro poderá oferecer perspectiva de sucesso. Este sentimento, aliás, deve existir como condição preliminar para que a Legião Brasileira de Assistência se interesse por ajudar. Antes, pois, de pensar no Centro Maternal dona Luíza Távora – Madrinha das Lavadeiras – exige que se exerça, no bairro ou cidade, um tipo de comunidade. A comunidade significa a união de todos, de tal forma que a maioria sinta vontade de trabalhar e de progredir. Para tanto, o Governo do Estado, através dos órgãos competentes, oferece os préstimos de pessoas, que com técnicas especiais atende aos apelos dos líderes e motiva os grupos para uma ação conjunta. (O POVO, 1965, p.10)

O jornal O Nordeste, do mesmo modo, trata sobre a criação dos conjuntos habitacionais São Miguel, Santa Cecília, Lagamar e Tancredo Neves, bem como a urbanização do Morro de Santa Terezinha e o Pirambu, o que remete ao grande alcance das obras empreendidas e, por conseguinte, a tentativa de alavancar o prestígio do então chefe do executivo local:

As favelas, que já existem, precisam ser humanizadas. Seus habitantes precisam receber estímulo e ajuda para realizarem os melhoramentos possíveis nos casebres em que já estão Pirambu, Nova Brasília, Lagamar, Morro do Ouro, precisam ser ajudados a se transformarem em bairros operários, com calçamento, água, iluminação pública e casas confortáveis e higiênicas. URBO é o maior acontecimento do presente ano, na história de Fortaleza. Pela primeira vez, Prefeito e Governador se uniram para estudarem, em conjunto, os problemas da população suburbana dos mocambos nesta cidade e iniciou um plano de construção de casas populares, plano este elaborado pelo grupo de trabalho recentemente criado, que visa à Urbanização dos Bairros Operários donde veio a sigla URBO111. (O NORDESTE, 1963, p.5-6)

As ações com a participação direta da Igreja Católica também foram noticiadas, pois era preciso divulgar, dar visibilidade e deixar vir à tona as atividades humanitárias realizadas pela Igreja Católica e pelo Estado. É o caso das festas natalinas organizadas pela Igreja e a LBA – tendo à frente Luíza Távora –, nas quais a primeira dama fazia questão de participar de todas as festividades, segundo aponta o jornal O Povo:

O Governo do Estado e a Legião Brasileira de Assistência vão presentear, este ano nas festas de Natal, cerca de 700 crianças de cada uma das 17 paróquias de Fortaleza, totalizando 12 mil crianças pobres. Serão distribuídos roupas e brinquedos através de cartões que serão oferecidos às famílias pelos vigários das paróquias. (O POVO, 1963, p.1)

Daí, conforme advoga Torres, “(...) é possível dizer que, aos poucos, as mulheres primeiras-damas vão se colocando na esfera pública como sujeitos políticos de decisão e

de gestão, revelando grande potencial de liderança e poder de persuasão junto aos sujeitos sociais com quem travam relações” (TORRES, 2002, p.22).

Scott (1995), por sua vez, reforça esse pensamento à medida que nos permite compreender como Luíza Távora evocou as representações simbólicas de gênero, como manobra de poder para fortalecer a figura pública do marido por meio de suas ações sociais. Ações estas articuladas e integradas numa análise da construção e consolidação do poder, evidenciando-se as conexões explícitas entre poder e gênero.

E esse agir simbólico faz parte do cotidiano mediante estas três ordens: técnico, formal e simbólico, segundo pontua Milton Santos (2006). Nesse cenário, apesar de percebermos, de certa forma, a presença das três formas de agir, destaca-se, por Luíza, o modo simbólico que “compreende formas afetivas, emotivas, rituais, determinadas pelos modelos gerais de significação e de representação”, segundo I. Braun & B. Joerges (1992, pp.81-82) apud Milton Santos (2006, p.52). Tal perspectiva pode ser percebida pelas evocações realizadas por Luíza Távora, de mãe, de caridosa, isto é, com foco na afetividade.

Esses modelos de significação e representação simbólica de gênero, reforçam que a ação social não está dissociada da experiência do tempo e do espaço, ao tempo que “as relações de poder sempre estão implicadas em práticas temporais e espaciais.” (HARVEY, 2010, p.206). Além disso, Harvey nos possibilita entender que Luíza Távora, a partir de suas práticas cotidianas, comportamentais, constituíam um propósito engajado em projetos que imbricam tempo através do movimento no espaço, bem como sua própria biografia individual possibilita traçar as “trilhas de vida no tempo-espaço”.

Ainda nesse ponto de análise dos “dispositivos de poder”, de múltiplos jogos e rearranjos construídos, Haesbaert (2019) enfoca que mais importante que a análise de conceitos, encontra-se o uso político que deles são feitos. Nesse sentido, é preciso pensar o território mais do que um espaço de soberania do Estado, tendo em vista que há nele uma ampla concepção de poder (FOUCAULT, 2008). Essa dimensão simbólica do poder, envolve os mais diversificados grupos “que detêm poder ou que o exercem por meio de um certo domínio espacial”(HAESBART, 2019, p.138-139).

A partir dessa perspectiva, dando atenção aos sistemas de significado, Scott (1995) esclarece como as sociedades representam o gênero, utilizando-se dele para articular as regras de relações sociais. O gênero, assim, constitui-se como uma maneira de dar significado às relações de poder, uma vez que a mulher atribui significado às suas atividades através da interação social efetiva.

Daí constata-se como Luíza Távora busca legitimar e erigir as relações sociais, – a partir das “necessidades” expostas pelo Estado, naquele momento, de manutenção da ordem do Estado, da família, da moral cristã –, possibilitando-nos perceber também como há uma relação recíproca do gênero e sociedade. Sob essa ótica, Scott (1995) nos lembra como o gênero é uma categoria analítica evocada frequentemente pelo poder político, tendo em vista que “a política constrói o gênero e o gênero constrói a política” (SCOTT, 1995, p.86), como parte do próprio significado de poder movido pelo processo social das relações de gênero.

Logo, no tocante a esse assunto, a apropriação do campo social reflete uma postura política de âmbito não somente local, mas como parte da relação entre as duas esferas. Mormente, em governos militares, são acentuadas as práticas e discursos assistencialistas, como pano de fundo para embasar as tratativas de legitimação do governo. É, nesta questão, que Luíza Távora nos leva a refletir como ela projetou seu capital simbólico (BOURDIEU, 2003) para a legitimação do governo vigente, como mulher de família e mediadora de atividade de destaque e relevância local. Isso enquanto articuladora de políticas públicas estatais, aproximando o campo social da esfera política.

Daí que a figura de Luíza Távora suscita o entendimento acerca de diversas facetas da produção de memória das mulheres, através de jogos e circulação de representações, à medida que a mulher instiga o gênero como artimanha de poder; a figura da mãe é articulado como símbolo, não só de amor e de abnegação, mas também como elemento de força e coragem (DUARTE, 2009). Nesse sentido, Luíza recorre a essa construção de “mãe dos pobres” como estratégia de poder.

Referências

- ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. *Virgílio Távora: O Coronel modernizador do Ceará*. 2006. 325f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2006.
- BAKHTIN, M.M. Formas de tempo e de cronotopo no romance: ensaios de poética histórica. In: BAKHTIN, M. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Trad. Aurora Fornoni Bernadini *et al.* São Paulo: Hucitec, 2014, p.211-362.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- DUARTE, Ana Rita Fonteles & LUCAS, Meize Regina (orgs). *As mobilizações do gênero pela ditadura militar brasileira: 1964 -1985*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2014.
- DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Memórias em disputa e jogos de gênero: O Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. 2009. 232 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- FARIAS, Airton de. *História do Ceará*. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.
- HAESBAERT, Rogério. O Nacional (Território?) e o Regional (Subnacional?) como escalas geográficas de referência. In: *História da Educação: Global, Nacional, Regional*, 2019, p. 131-152.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

HARTOG, François. Tempos do mundo, História, Escrita da História. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

MALUF, M.; MOTT, M. L. Recônditos do mundo feminino. In: F.A. Novais & N. Sevcenko (orgs). *História da vida privada no Brasil 3 – República: da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MEDEIROS, Moíza Sibéria Silva. *Primeiro-damismo no Ceará: Luíza Távora na gestão do social*. 2012. 138 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

MIRANDA, Júlia. *O Jeito Cristão de Fazer política: representações, rituais e discursos nas candidaturas pentecostais e carismáticas*. ANPOCS: Caxambu (MG), 1998.

MORAIS, Ana Flávia Goes. *As representações sobre Luiza Távora na política cearense – 1962-1966*. 2011. 116 F. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.uece.br/mahis/dmdocuments/dissertacaoanaflavia.pdf>. Acesso em 15 maio 2021.

O NORDESTE, Jornal. *Milhares de fiéis participaram da Missa de Ontem na Catedral*. Fortaleza, 06 abr. 1964.

O NORDESTE, Jornal. *Urbanização dos Bairros Operários (URBO): o maior acontecimento do ano em Fortaleza*. Fortaleza, 10 abr. 1963.

O POVO, Jornal. *Ameaça vermelha do comunismo*. Fortaleza, 03 abr. 1964.

O POVO, Jornal. *As Lavadeiras fizeram os Centros Maternais*. Fortaleza, 17 ago.1965.

O POVO, Jornal. *Dona Luíza Távora, "a irrepetível"*. Fortaleza, 11 maio 2014.

O POVO, Jornal. *Governo do Estado e L.B.A. serão Papai Noel de doze mil crianças das Paróquias*. Fortaleza, 27 nov. 1963.

PARENTE, Francisco Josênio C. O Ceará dos “coronéis”. In: SOUZA, Simone de (Org). *Uma nova História do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

PERROT, Michelle. *As mulheres e a história*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e democracia no Brasil: Do golpe de 1964 à Constituição de 1988, pg.12. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964*. São Paulo: Zahar, 2014.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero*: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SINGER, Paulo. A política das classes dominantes. In: IANNI, O. (org.). *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

TORRES, Iraildes Caldas. *As primeiras-damas e a assistência social*: relações de gênero e de poder. São Paulo: Cortez, 2002.